



CONCESSIONÁRIA RODOVIA DO SOL S.A.

CNPJ: 02.879.926/0001-24

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas,

A Diretoria da Concessionária Rodovia do Sol S.A. submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da empresa, com o respectivo parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

Considerações gerais

O ano de 2009 na RodoSol foi marcado pelo empenho da gestão em busca de consolidar o conceito de qualidade de atendimento, garantindo também o cumprimento orçamentário.

O objetivo perseguido diariamente pela empresa de cumprir suas obrigações legais, oferecendo o melhor ao usuário, se traduziu em ações concretas como qualificação da equipe; treinamentos voltados para a segurança no trecho concessionado; ações de educação para o trânsito; reestruturação administrativa; Investimentos em manutenção e sinalização, entre outras iniciativas.

Projetos premiados

Isso sem contar os vários projetos de cunho social, educacional e ambiental desenvolvidos e apoiados pela RodoSol. Quatro deles – o "Abra um Sorriso", o "Rodoverde", o "Programa de Educação Voluntária" e o "Programa de Monitoramento de Fauna" – receberam, inclusive, no ano passado, o Prêmio Top Socioambiental, concedido pela Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Espírito Santo (ADVB-ES) com objetivo de premiar programas e ações que incorporam o conceito de responsabilidade socioambiental das organizações. Tratando de temas como saúde bucal, educação ambiental, qualidade do ensino e preservação do fauna, os projetos são uma demonstração do nosso compromisso com a sociedade capixaba e da nossa visão de que desenvolvimento e responsabilidade social têm que andar juntos.

Atendimentos

Nosso comprometimento também pode ser demonstrado a partir dos números referentes aos atendimentos em 2009. O Centro de Controle de Operações (CCO), de onde acompanhamos, por meio de câmeras, todo o movimento no trecho concessionado, recebeu 20.895 ligações de usuários. Além disso, foram feitos 10.767 atendimentos na ponte e na rodovia, incluindo o socorro em ambulâncias do Serviço de Auxílio ao Usuário (SAU) da RodoSol de 1.530 pessoas.

O serviço de Via Expressa também foi destaque em 2009, ganhando a adesão de 8.176 novos usuários e contribuindo para dar maior fluidez ao trânsito a nos acessos à ponte. Hoje, o serviço já é opção de 58% dos que trafegam na Terceira Ponte nos horários de pico.

Prevenção

Em novembro do ano passado, a RodoSol entregou três novas viaturas à Polícia Rodoviária Estadual, a serem usadas no trecho de concessão, como parte da verba de aparelhamento da Polícia, reconhecendo a importância da entidade na fiscalização e na prevenção de acidentes. A prevenção também foi o foco de ações como o simulado de cargas perigosas realizado pela empresa na rodovia com objetivo de treinar a equipe e prepará-la para atuar em situações do gênero.

Qualificação

Para garantir o bom atendimento ao usuário, a RodoSol também investiu em qualificação, oferecendo a seus funcionários 52 treinamentos nas mais diversas áreas durante o ano. A empresa também realizou investimentos no bem-estar do empregado,

reformando os cabines de atendimento nas praças de pedágio, que receberam novos aparelhos de ar condicionado e foram adequadas a melhores condições de conforto ambiental.

Serviços

O ano de 2009 também foi marcado pelos Investimentos em manutenção que garantem o aumento da vida útil da ponte e da rodovia e a conservação do patrimônio público.

A Terceira Ponte, por exemplo, foi alvo de manutenções especializadas englobando a estrutura metálica, a estrutura de concreto, além de inspeções subaquáticas, contando com tecnologia de ponta e mão de obra capacitada. A empresa realizou ainda obras como a estabilização do aterro do quilômetro 24 e Investiu em melhorias na sinalização.

Comunicação

A RodoSol também tem investido na aproximação com o usuário, consolidando a publicação do Informativo Via Expressa, que tem se tornado um importante canal de comunicação entre a concessionária e seu público, além de ser um espaço de conscientização com foco na educação para o trânsito e de divulgação das potencialidades do trecho concessionado.

Agradecimentos

Com a apresentação deste Relatório da Diretoria e Demonstrativos Financeiros referentes ao exercício de 2009, a diretoria da Concessionária Rodovia do Sol S.A. agradece aos acionistas o apoio e a confiança, e aos trabalhadores da Companhia pela determinação, seriedade e empenho em alcançar os resultados e no atendimento aos usuários.

Vitória, 29 de Março de 2010
A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (Em R\$ mil)

ATIVO	Nota Explicativa	2009	2008	PASSIVO	Nota Explicativa	2009	2008
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e bancos		812	432	Fornecedores		862	2.408
Contas a receber	Nota 4	1.129	901	Empréstimos e financiamentos	Nota 8	8.345	10.118
Impostos a recuperar		68	72	Impostos a recolher		3.217	1.302
Despesas do exercício seguinte		245	307	Obrigações sociais e trabalhistas		696	654
Adiantamento a fornecedores		103	24	Dividendos a Pagar		1.003	217
Outros		122	47	Adiantamento de clientes		2.739	2.562
Total do ativo circulante		2.479	1.783	Compromissos do contrato de concessão		234	320
NÃO CIRCULANTE				Total do passivo circulante		17.096	17.581
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				NÃO CIRCULANTE			
Aplicações Financeiras	Nota 5	2.532	2.869	Empréstimos e financiamentos	Nota 8	-	8.300
Depósitos Judiciais	Nota 13 a	2.928	2.276	Provisão para contingências	Nota 13 a	1.965	1.965
Impostos Diferidos	Nota 6	668	1.245	Juros sobre Capital Próprio		324	229
Despesas antecipadas		-	21	Total do exigível a longo prazo		2.289	10.494
Outros		2	2	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota 9		
Total do realizável a longo prazo		6.130	6.413	Capital social		48.180	48.100
Imobilizado	Nota 7	63.186	71.324	Reserva legal		2.449	1.636
Total do permanente		63.186	71.324	Lucros acumulados		-	-
TOTAL DO ATIVO		71.795	79.520	Reserva de Lucros		1.861	1.709
				Total do patrimônio líquido		52.410	51.445
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		71.795	79.520

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (Em R\$ mil)

	Capital Social	Retenção	Reservas de Lucros		Resultado do Exercício	Total Patrimônio Líquido
			Legal			
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	48.100	0	1.132		3.139	52.371
Dividendos Complementares:						
.. Exercícios Anteriores (R\$ 0,49 por ação)					(2.500)	(2.500)
.. Exercício 2008 (R\$ 1,17 por ação)					(5.978)	(5.978)
Lucro do exercício					10.089	10.089
PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DE DESTINAÇÃO DO LUCRO:						
Transferência para reservas:						
.. Reserva legal			504		(504)	0
.. Reserva de lucros		1.721			(1.721)	0
Dividendos obrigatórios (R\$ 0,49 por ação)					(2.522)	(2.522)
Dividendos mínimos					(3)	(3)
Ajustes de Exercícios Anteriores		(12)				
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	48.100	1.709	1.636		0	51.445
Dividendos Complementares:						
.. Exercício 2009 (R\$ 2,00 por ação)					(10.220)	(10.220)
.. Excedentes 2009 (R\$ 0,20 por ação)					(1.003)	(1.003)
Lucro do exercício					16.255	16.255
PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DE DESTINAÇÃO DO LUCRO:						
Transferência para reservas:						
.. Reserva legal			813		(813)	0
.. Reserva de lucros		152			(152)	0
Dividendos obrigatórios (R\$ 0,80 por ação)					(4.064)	(4.064)
Dividendos mínimos					(3)	(3)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	48.100	1.861	2.449		0	52.410

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DO SOL S.A. - 2

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FUNDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008 - (Em R\$ mil)*

	2009	2008
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS	57.941	54.840
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(5.021)	(4.767)
RECEITA LÍQUIDA DOS SERVIÇOS	52.920	50.073
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		
Custos operacionais	(10.058)	(9.737)
Depreciação e amortização	(9.162)	(10.827)
Total	(19.220)	(20.564)
LUCRO BRUTO	33.700	29.509
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Despesas administrativas	(5.766)	(7.024)
Receta Financeira	327	428
Despesas financeiras	(5.049)	(6.179)
Provisão para Contingências	-	(1.492)
Outras Receitas e Despesas operacionais	1.354	169
Total	(9.134)	(14.098)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	24.566	15.411
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	20	(298)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE LUCRO LÍQUIDO	(8.331)	(5.023)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	16.255	10.089
LUCRO POR AÇÃO - R\$	3,19	1,98

* Exceto Lucro por ação, expresso em reais

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FUNDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008 - (Em R\$ mil)

	2009	2008
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	16.255	10.089
Aumento (diminuição) dos itens que não afetaram o caixa:		
Depreciação e amortização	9.162	10.827
Provisão para Contingências	-	1.492
Impostos Diferidos	577	(1.245)
Valor residual do Ativo Imobilizado baixado	23	296
Ajuste Exercícios Anteriores	-	(12)
Variações nos ativos e passivos		
Contas a Receber	(228)	(215)
Impostos a Recuperar	4	4
Despesas Antecipadas	62	(2)
Adiantamentos a Fornecedores	(79)	138
Aplicações Financeiras	337	1.240
Depósitos Judiciais	(652)	(2.014)
Outros ativos	(75)	(10)
Fornecedores	(1.546)	1.403
Impostos a recolher	1.915	414
Obrigações sociais e trabalhistas	42	(177)
Dividendos a Pagar	786	217
Adiantamento de clientes	177	327
Contas a pagar - partes relacionadas	-	(6)
Outros passivos	(86)	198
Recursos gerados nas atividades de operacionais	26.674	22.965
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições de ativo imobilizado	(1.048)	(2.475)
Recursos consumidos nas atividades de Investimento	(1.048)	(2.475)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento do principal	(9.844)	(10.124)
Pagamento de juros	(1.459)	(2.506)
Correção Monetária sobre financiamentos	1.240	2.533
Aquisição de financiamento	107	132
Dividendos pagos	(15.290)	(11.003)
Recursos consumidos nas atividades de financiamento	(25.246)	(20.968)
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	380	(478)
Caixa no início do período	432	910
Caixa no final do período	812	432
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	380	(478)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FUNDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008 - (Em R\$ mil)**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A RODOVIA DO SOL S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado fundada em 30 de novembro de 1998, com o objetivo exclusivo de explorar, pelo prazo de 25 anos, a partir de 22 de dezembro de 1998, através da cobrança de pedágio pelo regime de concessão pública, o sistema rodoviário da Rodovia do Sol situado no Estado do Espírito Santo, nos termos e condições do contrato de concessão nº 01/98 firmado junto ao DER-ES - Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Espírito Santo, em 21 de dezembro de 1998.

Em 16 de novembro de 2009 foi assinado o terceiro termo aditivo ao contrato de concessão pública, através do qual formalizou-se a sub-rogação das obrigações contratuais firmadas entre o Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Espírito Santo - DER-ES e a Concessionária Rodovia do Sol S.A. - RODOVIA DO SOL, para a Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária do Espírito Santo - ARSI.

A Sociedade, independentemente da manutenção e conservação necessárias para manter o nível de serviço adequado durante o período de concessão, deverá devolver o sistema rodoviário em bom estado, com a conservação adequada à época da devolução. Ao término do prazo de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

Até 31 de dezembro de 2009, a geração de caixa da Sociedade, basicamente proveniente dos resultados dos exercícios, excluídas as depreciações e amortizações, tem sido suficiente para honrar suas dívidas e outros compromissos financeiros. As projeções preparadas pela Sociedade prevêm geração de caixa em montante suficiente para a manutenção do curso normal dos seus negócios e sua continuidade operacional, a curto e a longo prazo.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão expressas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que abrange a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados e homologados pelas Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, as provisões para riscos fiscais, trabalhistas e civis e outras similares. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprevisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

2.1 Nova Legislação e alterações nas práticas contábeis

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, a qual entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2008. Referida Lei sofreu modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008. Tais diplomas legais modificaram certos dispositivos da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações). Essa alteração teve como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo "International Accounting Standard Board - IASB".

Com base nas normas legais supracitadas, foram publicados Pronunciamentos Contábeis emitidos pelo CPC, aprovados por Deliberações da CVM. Tendo em vista tais dispositivos a Sociedade promoveu as seguintes alterações nas práticas contábeis e na divulgação das demonstrações contábeis:

- Foi realizada análise para verificar o grau de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado (teste de "impairment"), com base no Pronunciamento Técnico CPC nº 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Deliberação CVM nº 527, de 1 de novembro de 2007. Com base nos testes realizados, não há ativos registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.
- A Sociedade substituiu a apresentação da DOAR (Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos) pela DFC (Demonstração dos Fluxos de Caixa), conforme Pronunciamento Técnico CPC nº 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008.
- Com base no Pronunciamento Técnico CPC nº 06 - Operações de Arrendamento Mercantil, aprovado pela Deliberação CVM nº 554, de 12 de novembro de 2008, a Sociedade procedeu o seguinte:

- Os bens obtidos por meio de contratos de arrendamento financeiro foram reconhecidos como

ativo imobilizado pelo seu valor justo ou, se inferior, pelo valor presente do saldo de pagamentos mínimos previstos nos contratos de arrendamento financeiro, sendo depreciados pelas taxas de depreciação praticadas pela Sociedade de acordo com a natureza de cada bem. Os bens obtidos por meio de contratos de arrendamento financeiro tem o seu valor residual reconhecido como custo ou perda, respectivamente, na demonstração do resultado;

2) Os respectivos saldos a pagar dos contratos de arrendamento financeiro foram reconhecidos no passivo circulante e no passivo não circulante com base no valor presente das prestações remanescentes a pagar na data da transição. A diferença entre o valor presente e o valor total das prestações vincendas será apropriada na demonstração do resultado como despesas financeiras pelos prazos remanescentes dos contratos por meio do método do custo amortizado e com base nas taxas de juros efetivas.

d) Os Instrumentos financeiros foram classificados em: "destinados a negociação", "mantidos até o vencimento" e "disponíveis para venda", sendo avaliados a custo acrescido de rendimentos ou a valor de mercado, em função da classificação, com base no Pronunciamento Técnico CPC nº 14 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, aprovado pela Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**3.1 Principais práticas contábeis**

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações contábeis são as seguintes:

- Disponibilidade**
As disponibilidades são avaliadas pelo custo. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e limites de conta garantida. O limite de contas garantidas inclui-se em empréstimos no passivo circulante do balanço.
- Contas a receber de clientes**
As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente, substancialmente cartões de crédito.
- Aplicação financeira**
A Sociedade possui investimentos em aplicações que não se enquadram na definição de equivalentes de caixa (alta liquidez, com vencimentos originais para menos de 90 dias). Tratam-se de títulos mantidos até o vencimento, adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.
- Imposto de renda e contribuição social diferidos**
O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.
- Depósitos judiciais**
Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade.
- Imobilizado**
É demonstrado ao custo de aquisição ou de construção e, no caso das obras da rodovia, acrescido de juros relativos aos financiamentos aplicados na obra até o início da cobrança do pedágio na praça de arrecadação da Praia do Sol. A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas consideradas compatíveis com a vida útil dos bens e/ou prazo da concessão. As principais taxas utilizadas estão descritas na Nota Explicativa nº 7.
- Redução ao valor recuperável de ativos**
O ativo é revisado para se identificar perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável; que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.
- Arrendamento**
Determinados contratos de arrendamento transferem substancialmente à Sociedade os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DO SOL S.A. - 3

de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas aplicáveis a cada grupo de ativo, conforme Nota Explicativa nº 7. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

(I) Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

(j) Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

(k) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Quando a Sociedade espera que uma provisão seja reembolsada, por exemplo, por um contrato de seguros, o reembolso é reconhecido como ativo separado, mas somente quando esse reembolso é virtualmente certo, ou seja, é mais que provável que ocorra.

(l) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é apurado com base no lucro real; e o imposto de renda e a contribuição social são recolhidos trimestralmente, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente. Os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias são registrados em conformidade com a legislação tributária e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002.

(m) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

(n) Capital social

As ações ordinárias e as ações preferenciais não resgatáveis são classificadas como patrimônio líquido.

(o) Reservas de capital e de lucros

A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, conforme determinação da Lei nº 6.404/76.

O saldo da reserva de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento do negócio estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Sociedade, a ser deliberado na Assembleia Geral, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

(p) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base no número total de ações, na data do balanço patrimonial.

(q) Receita de pedágio e acessórios

É reconhecida pelo regime de competência, ou seja, quando da utilização da rodovia pelos usuários e pelo uso da faixa de domínio.

4. CONTAS A RECEBER

Estão representadas principalmente por valores a receber de pedágio automático - Via Expressa, pagos por usuários através de cartão de crédito e saldo relativo locação de espaço publicitário, decorrentes de utilização e exploração da faixa de domínio.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LONGO PRAZO

	Em 31 de dezembro de 2009	Em 31 de dezembro de 2008
Fundo de renda fixa - Bradesco FIC de FI Referenciado DI	2.314	2.407
Fundo de renda fixa - Bradesco Empresas FIC de FI Referenciado DI	218	462
Total	2.532	2.869

O saldo de aplicações financeiras de longo prazo refere-se à garantia exigida pelo BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - quando da contratação de financiamento. A Sociedade, por determinação das condições contratuais, cauçou mensalmente, entre janeiro de 2001 e dezembro de 2003, valores equivalentes a 5% de sua receita bruta, até atingir o limite de três parcelas do principal do empréstimo ora contratado. Os limites estabelecidos contratualmente variam conforme o cronograma de pagamento do financiamento.

As aplicações financeiras foram feitas em fundos de investimento que buscam acompanhar a variação do CDI.

6. IMPOSTOS DIFERIDOS

	Em 31 de dezembro de 2009	Em 31 de dezembro de 2008
Diferenças temporárias	1.965	3.662
IRPJ - 25%	491	915
CSLL - 9%	177	330
Total	668	1.245

7. IMOBILIZADO

	Taxa de depreciação anual	Custo	Valor residual		
			2009	2008	
Máquinas, equipamentos e móveis e utensílios	10%	2.733	1.915	818	603
Equipamentos de Informática	20%	5.254	4.930	324	183
Veículos	20%	912	803	109	263
Duplicação Rodovia do Sol	5% a 33%	62.997	41.745	21.252	22.964
Contorno Guarapari 1ª etapa	5% a 33%	34.587	18.935	15.652	18.055
Contorno Guarapari 2ª etapa	5% a 33%	35.868	17.387	18.481	20.794
Outros gastos Contorno Guarapari	5% a 33%	2.788	834	1.954	2.092
Ativo Imobilizado 3ª Ponte	10% a 20%	4.156	1.626	2.530	3.619
Imobilização em Andamento / Outros	-	3.051	985	2.066	2.751
		152.346	89.160	63.186	71.324

Com o advento da Deliberação CVM nº 554/2008 os bens adquiridos pela Sociedade através de Arrendamento Mercantil Financeiro ("Leasing" Financeiro) passaram a ser registrados no Ativo Imobilizado, com suas respectivas depreciações, tendo como contrapartida o registro do arrendamento a pagar.

De acordo com a Deliberação CVM nº 527/2007 foi realizada análise para verificar o grau de recuperação dos valores registrados no ativo Imobilizado (teste de "Impairment"). Com base nos testes realizados, não há ativos registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

As taxas de depreciação da duplicação da Rodovia do Sol e da construção da 1ª e 2ª etapas do Contorno de Guarapari foram estabelecidas com base em estudos de engenheiros da Sociedade e refletem, em média, a vida útil dos diversos projetos realizados nestas obras.

8. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição	Destinação do financiamento	Em 31 de dezembro de 2009	Em 31 de dezembro de 2008
BNDES (a)	Financiamento de obras	7.343	16.136
BANDES (b)	Financiamento de obras	901	1.980
ABN Amro Bank (c)	Imobilizado	101	302
Total		8.345	18.418
Circulante		8.345	10.118
Exigível a longo prazo		0	8.300

(a) Encargos de 5% ao ano + TLP. Os juros são devidos trimestralmente, durante o período de carência e a partir de 15 de novembro de 2003, mensalmente, em conjunto com as 84 parcelas do principal.

(b) Encargos de 6,5% ao ano + TLP. Os juros são devidos trimestralmente, durante o período de carência, e a partir de 15 de novembro de 2003, mensalmente, em conjunto com as 84 parcelas do principal.

(c) Operações pré-fixadas com prestações fixas. Juros oscilando entre 1% e 1,5% ao mês, com prazos de amortização entre 24 e 36 meses.

A Sociedade, para cumprir as obrigações assumidas no Contrato de Concessão, é a única e exclusiva responsável pela obtenção de financiamentos. Dessa forma, devido ao grande volume de investimentos necessários para o cumprimento dessas obrigações, seus financiamentos foram estruturados no modelo "project finance". Os empréstimos estão garantidos por aval dos acionistas da Sociedade e pela aplicação financeira exigida contratualmente, conforme descrito à nota 5. Vinculados à obtenção dos empréstimos e financiamentos junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e ao BANDES - Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo, a Sociedade também assumiu, entre outros, os seguintes compromissos de caráter financeiro e econômico constantes nos contratos: manter seguro sobre seus ativos, não obter novos empréstimos com terceiros acima do limite de R\$6.000 mil, sem que haja prévia autorização dos financiadores e não efetuar qualquer distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital até a completa realização do projeto objeto do financiamento, exceto aqueles exigidos por lei ou acordo de acionistas. Citada vedação de distribuição de lucros encerrou-se em 14 de dezembro de 2005 com a assinatura do segundo termo de aditamento ao contrato de concessão de serviços públicos, pela desoneração do restante dos investimentos previstos no contrato de financiamento com o BNDES e BANDES.

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O capital social da Sociedade em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 é composto de 5.100.000 ações sem valor nominal, divididas em 1.700.000 ordinárias e 3.400.000 preferenciais. Cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais. As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo-lhes assegurada a prioridade no reembolso do capital social, sem prêmio, em caso de liquidação da Sociedade e direito a dividendos anuais mínimos de R\$ 1,00 (um real) por lote de 1.000 (um mil) ações.

(b) Reservas de lucros

Reserva legal

Constituída, tendo como base o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o lucro líquido da Sociedade, conforme definido em seu estatuto e na legislação vigente.

Reserva de lucros

Na Assembleia Geral de Acionistas, será proposta uma retenção de lucros no montante de R\$ 152, proveniente de saldo de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2009.

(c) Dividendos

O dividendo obrigatório da Sociedade é de no mínimo 25% do lucro líquido, na forma da Lei das Sociedades por Ações e Estatuto Social.

Com base no lucro líquido apurado e nas demonstrações financeiras do exercício social ou em balanço intermediário previstos no § 1º do Art. 204 da Lei nº 6.404/76, especialmente levantado por proposta do Conselho de Administração, e após consultado o Conselho Fiscal, se operante, a Companhia poderá distribuir dividendos intermediários.

10. COMPROMISSOS VINCULADOS À CONCESSÃO

No exercício de 2009, como compromisso contratual vinculado à concessão, a Sociedade registrou no balanço de demonstração do resultado, R\$ 215 relativos ao apoio financeiro ao DER e ao aparelhamento do Batalhão da Polícia de Trânsito Rodoviário e Urbano do Estado do Espírito Santo (R\$ 197 em 2008).

11. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2009, atendendo às disposições contratuais, a Sociedade mantém a cobertura de seguros de (I) R\$ 28.808, denominado seguro garantia, dado em caução ao DER, destinado a cobrir eventuais não pagamentos de multas que forem aplicadas à Sociedade pela execução total ou parcial das obras vinculadas à concessão nos prazos previstos e (II) de R\$ 557.464, denominada riscos patrimoniais e de engenharia, destinado à cobertura de danos materiais e responsabilidade civil. O prêmio total anual dessas apólices é de R\$ 598 (R\$ 743 em 2008). As despesas com o prêmio total são apropriadas linearmente ao resultado em 12 meses. Adicionalmente, a Sociedade mantém coberturas de seguros, necessárias e suficientes para garantir uma efetiva e abrangente cobertura dos riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano de todos os bens que integram a Concessão.

12. GASTOS COM DESAPROPRIAÇÕES

Como consequência da realização das obras de duplicação da Rodovia do Sol e da construção do Contorno de Guarapari, a Sociedade vem sendo questionada judicialmente pelos proprietários dos imóveis desapropriados. A Administração da Sociedade, com base em informações de seus advogados, acredita que os valores pagos relativos a desapropriações não serão aumentados em decorrência do desfecho dos processos judiciais em curso. Os montantes pagos de desapropriações foram considerados como custos das obras, tendo sido registrados no ativo Imobilizado. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2009, a Sociedade possui como verbiz a ser destinada para gastos com desapropriações o montante estimado de R\$ 883, (R\$ 958 em 2008) que, conforme disposto no contrato de concessão, devem ser assumidos pela Sociedade, se devidos. Eventuais gastos com desapropriações que ultrapassem esse montante deverão ser reembolsados a Sociedade pelo Poder Concedente, via ajuste nas tarifas de pedágio.

13. CONTINGÊNCIAS

A Sociedade é parte em processos judiciais em razão do curso normal de suas operações mantendo, inclusive, seguro de responsabilidade civil para os casos de danos materiais e morais envolvendo seus usuários. A Administração acompanha o desenvolvimento de todos os processos, constituindo provisão para perda eventual nos casos em que seus assessores legais avaliam como provável o desfecho desfavorável.

(a) Nas datas das demonstrações contábeis, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais:

	Depósitos judiciais		Provisões para contingências	
	2009	2008	2009	2008
Contingências tributárias	83	83	660	660
Contingências trabalhistas e previdenciárias	346	169	49	49
Reclamações Cíveis	275	118	1.256	1.256
Execução Judicial	2.216	1.898	0	0
Outras	8	8	0	0
	2.928	2.276	1.965	1.985

(b) A natureza das obrigações pode ser resumida como segue:

- Tributárias - refere-se à discussão quanto à adequada interpretação do Decreto Lei 406/98,

CONCESSIONÁRIA RODOVIA DO SOL S.A. - 4

acrescido pela Lei Complementar nº 100/99, relativa à tributação do ISS de janeiro a dezembro de 2001 proveniente da atividade de exploração de rodovias.

- Contingências trabalhistas e previdenciárias - consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.
- Ações civis - as principais ações estão relacionadas a reclamações de contratados por danos morais e materiais relativos a acidentes ocorridos na Rodovia do Sol.

(c) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço.

A Companhia tem ações de natureza tributária e civil, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

	2009	2008
Tributárias	2.250	2.250
Trabalhistas	973	0
Cíveis	3.400	4.202
	6.623	6.452

14. RELAÇÕES COM O PODER CONCEDENTE

A RODOSOL tem reconhecimento oficial de que cumpre integralmente todas suas obrigações com a concessionária tendo recebido do órgão fiscalizador o Ofício DER/DG, nº 0538/2009, de 01 de junho de 2009, certificando que "não consta nos arquivos da Diretoria de Transportes deste Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Espírito Santo - DER-ES, administradora do Contrato de Concessão nº 01/98, celebrado em 21 de dezembro de 1998, qualquer documento de autuação e penalização contra Concessionária Rodovia do Sol S.A, por descumprimento do Contrato de Concessão nº 01/98".

Todavia o Poder Concedente negou os reajustes monetários das tarifas, contratualmente previstos, que deveriam ser homologados em dezembro de 2007 e dezembro de 2008, sob a alegação de que a RODOSOL deveria realizar obras de construção de novos acessos à Ponte, não compreendidos no escopo do contrato "PER - Programa de Exploração de Rodovias", sem reequilíbrio contratual.

A RODOSOL ingressou com ação judicial para obter esses reajustes monetários e o Estado propôs uma ação com o propósito de reconhecer a possibilidade de exigir a realização dessas obras, cujos processos estão em curso.

Por meio da Lei Complementar nº 477, foi criada em 1º de janeiro de 2009 a Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária do Espírito Santo - ARSI, regulamentada pelo Decreto nº 2319-R, de 04 de agosto de 2009, que assumiu a fiscalização da concessão. Em 16 de

novembro de 2009 foi assinado o terceiro termo aditivo ao contrato de concessão pública, com ratificação expressa do contrato de concessão, passando as atribuições de fiscalização do DER/ES para essa agência reguladora. A Agência homologou, através da Resolução ARSI nº 003 de 29 de dezembro de 2009, o reajuste das tarifas da Praça do Pedágio da Ponte Darcy Castello de Mendonça e da Praça de Pedágio Praia do Sol referente ao período 2009/2010, que passaram a vigorar a partir do dia 01 de janeiro de 2010.

Os dois reajustes não homologados em dezembro de 2007 e dezembro de 2008 continuam pendentes, havendo pleito de antecipação de tutela judicial para seu deferimento antes do encerramento das ações e requerimento à ARSI para seu deferimento administrativamente.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro foram apurados conforme legislação em vigor.

Os cálculos do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, bem como suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

Demonstramos o cálculo e a conciliação do montante de imposto de renda e da contribuição social apresentados no resultado do período:

	2009	2008
Resultado antes dos efeitos tributários	24.586	15.113
(+) Adições	43	3.191
(-) Exclusões	1.697	0
(-) Compensação base negativa	0	212
Base de cálculo do IR e da CS	22.932	18.092
Imposto de renda (15%)	3.440	2.714
Adicional (10%)	2.293	1.785
(-) Incentivo fiscal - Lei Rouanet	24	0
(-) PAT	19	19
Imposto de renda total	5.690	4.480
Contribuição social (9%)	2.064	1.628
Total de impostos correntes	7.754	6.108
Total de impostos diferidos	577	(1.085)
Efeito no resultado	8.331	5.023

Geraldo Caetano Dadalto
Diretor de Operações

Ednilson Santos e Silva
Gerente Adm. e Financeiro
CRA-ES 11403

Ana Paula Pereira
Contadora
CRC-ES 009136/O

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Srs. Acionistas e Diretores da
Concessionária Rodovia do Sol S.A.
Vitória - ES

1 Examinamos os balanços patrimoniais da Concessionária Rodovia do Sol S.A. levantados em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2 Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendemos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da so-

cidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Sociedade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3 Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo primeiro, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rodovia do Sol S.A. em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, o resultado de suas operações, as mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes aos exercícios findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4 Conforme descrito na Nota Explicativa nº 14, a Administração da Concessionária Rodovia do Sol S.A. e o Governo do Estado do

Espírito Santo estão discutindo diversos aspectos relacionados ao contrato de concessão assinado entre as partes.

Vitória-ES, 29 de janeiro de 2010.

Wladimir Firme Zanotti
Contador CRC 1E5007326/O-5
BAKER TILLY BRASIL-ES
Auditores Independentes
CRC 2E5000289/O-5

Wesley Cristian Marques
Contador CRC1E5009545/O-0
BAKER TILLY BRASIL-ES
Auditores Independentes
CRC2E5000289/O-5



BAKER TILLY
BRASIL
AUDITORES & CONSULTORES

COMUNICADO

Brasil Recicle Ltda., torna público que Obteve do IEMA, através do processo nº 43100210, Licença (LU nº 016/2010), para a atividade de Transporte de Resíduos Perigosos a granel no Estado do Espírito Santo.

Protocolo 22567

ROBERTO GOMES MANCUSO ME, torna público que requereu a SEMMA através do processo nº 67.896/2009, a LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA - LAS, para atividade de MARMORARIA, no endereço Rua das Andorinhas nº 02 Carapina Grande CEP 29.160-024 - Serra ES.

Protocolo 14648

Aeroporto
de Vitória
3235-6300

Estaleiro Jurong Aracruz Ltda, torna público que Obteve do IEMA, através do processo nº 46181938, Licença Prévia (LP-GCA/SL/Nº131/2010/Classe III), p/ Montagem, Reparação e Manutenção de Embarcações e Estruturas Flutuantes (estaleiro) em Barra do Sahy, Mun. Aracruz/ES.

Protocolo 22891

ECOAREIA COMÉRCIO DE AREIA LTDA torna público que REQUEREU do IEMA, através do processo nº 47293209, a licença de Operação, para atividade de Extração de Areia, na localidade da Estrada Fazenda Cuelras - Estrada Mangal, Barra do Jucu - Vila Velha/ES.

Protocolo 22872

Água Doce Mineração Ltda - ME, torna público que requereu do IEMA, através do processo nº 27629880, Licença de Operação (LO - Renovação), para Extração de Granito, na localidade de Córrego do Garfo - Zona Rural, Mun. de Água Doce do Norte - ES.

Protocolo 23034

COMUNICADO

"CN2 2010 TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CARGAS LTDA" torna público que obteve do IEMA, através do processo nº 48716642, Licença Única nº 046/2010 para Transporte de Resíduos Perigosos no Estado do Espírito Santo.

Protocolo 22904

**Protocolo 23097**

R C LEITÃO ALMEIDA torna público que Obteve do IEMA, através do processo nº 40073289, as licenças LP nº 127/2009, LI nº 157/2009 e LO nº 158/2009, para atividade de Produção de tintas, vernizes, esmaltes e lacas, na localidade da Av. Santa Helena, Vila Bethânia - Viana/ES.

Protocolo 22871

MINERAÇÃO RIO DAS PALMAS LTDA, torna público que obteve do IEMA, através do processo nº 22654127, Licença de Operação (LO nº 150/2010), para Extração de Granito, na localidade de Córrego Japira - Zona Rural, Município de Linhares/ES.

Protocolo 23040

Espírito Santo Geradora De Energia S.A., torna público que requereu do IEMA, através do processo nº 46942882, Licença Prévia - LP para Produção de Energia a Gás Natural em Cacimbas, Município de Linhares - ES.

Protocolo 22893